

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2025-06-17

Deposited version:

Accepted Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Pinto, P. T. (2023). Laboratório da habitação em Lisboa: 50 anos de contingências. In Marta Sequeira (Ed.), *Habitar Lisboa: Uma perspetiva arquitetónica sobre uma crise contemporânea*. (pp. 78-99). Lisboa: CCB, Dinâmia'CET Iscte e Monade.

Further information on publisher's website:

<https://www.monadebooks.com/products/habitar-lisboa>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Pinto, P. T. (2023). Laboratório da habitação em Lisboa: 50 anos de contingências. In Marta Sequeira (Ed.), *Habitar Lisboa: Uma perspetiva arquitetónica sobre uma crise contemporânea*. (pp. 78-99). Lisboa: CCB, Dinâmia'CET Iscte e Monade.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Laboratório da Habitação em Lisboa: 50 anos de contingências

Paulo Tormenta Pinto

Em 2023 o Governo português lançou o programa «Mais Habitação», associado ao mecanismo de Recuperação e Resiliência, traçado pela Comissão Europeia como medida de contingência para ultrapassar os efeitos negativos da crise pandémica. Num momento em que a sociedade debate novamente o problema da habitação, é pertinente olhar com atenção o modo como os arquitetos abordaram esta matéria e como a arquitetura, enquanto disciplina, se desenvolveu em articulação com o estado social, ao longo dos últimos cinquenta anos de democracia. As lacunas em termos habitacionais que hoje se colocam, voltam a trazer para cima da mesa, não só o debate sobre a constitucionalidade deste direito, mas também os temas relacionados com o acesso à cidade e à cidadania.

No limiar do lançamento pelo Governo do programa ‘Mais Habitação’, associado ao mecanismo de Recuperação e Resiliência, traçado pela Comissão Europeia como medida de contingência para ultrapassar os efeitos negativos da crise pandémica, importa observar de modo crítico as políticas e os resultados alcançados nas cinco décadas de democracia.

A produção de habitação pública pressupõe uma articulação entre vários agentes sociais. É e um permanente trabalho conjunto, onde o diálogo e a missão de cada uma das partes envolvidas deve ser clara e inequívoca. Nexte contexto, o papel da arquitetura é fundamental. Como referia Manuel Castells, em 1972, em *La Question urbaine*, a cidade como espaço de reprodução da força de trabalho deve proporcionar, através dos serviços públicos (incluindo-se aqui a habitação), as condições para que se alcance o desenvolvimento das comunidades, atendendo às suas expectativas simbólicas. Neste sentido, para colmatar as lacunas que persistem no acesso à habitação, é importante articular a política com a organização do espaço urbano e com a manutenção física e social dos novos territórios construídos.

Nas últimas cinco décadas, foi-se assistindo a uma desagregação do referencial urbanístico, científico e teórico, construído na genealogia do período democrático. Esse referencial serviu de alicerce para um discurso que tem alimentado o debate sobre a arquitetura. Seguindo Mafredo Tafuri em *La sfera e il labirinto*, seria provável que o embate do pensamento mais radical do período revolucionário não resistisse ao realismo da construção da nova sociedade que, no caso concreto de Portugal, acabou por evoluir segundo uma matriz representativa e liberal, reforçada com a integração europeia.

A habitação, enquanto pilar central do debate da cidade, galvanizou uma nova geração de políticos e arquitetos que emergiu com a revolução democrática de 25 de Abril de 1974. Ao definir um quadro conceptual orientador, foi para a habitação que convergiram as questões

da escala territorial, da participação, da economia, da indústria da construção e da organização do espaço doméstico na sua relação com o espaço público de proximidade. Esta consistência estrutural manteve-se nas primeiras décadas do regime democrático. Com o virar do milénio, consumando-se a erradicação de barracas, foi-se assistindo um esvaziamento de políticas de promoção de habitação pública. Questões de ordem conjuntural, relacionadas com a crise política interna de 2001 e com a crise financeira internacional de 2008, foram fatores que contribuíram para essa mudança. O vazio resultante de duas décadas de ausência de investimentos significativos em habitação pública implicou uma perda de vínculo da arquitetura com o património político, técnico e cultural que vinha sendo construído, desde os últimos anos da ditadura e que, com grande capacidade de ajustamento, permitiu estancar, nas primeiras décadas do regime democrático, problemas calamitosos associados à precariedade habitacional e à sobreocupação das casas.

Os tempos da revolução

Nos anos que antecederam a revolução de 1974, a falta de casas nas principais cidades portuguesas trouxe o tema da habitação para o plano ideológico. O êxodo rural que, desde o final da década 1940, começara a ser galopante, foi mobilizando os arquitetos na tentativa da formulação de respostas às carências habitacionais. Foi nesse ambiente de pós-guerra e de paulatina industrialização que, em Lisboa, se assistiu ao desencadear de novas visões urbanísticas. Em 1964, a equipa de Miguel Rezende equacionou, no Plano Diretor Regional de Lisboa, que o aumento populacional expectável, associado à sobreocupação das casas, implicava a realização de 125.000 novos alojamentos. Previa-se como medida urgente a construção de 90 mil fogos na aglomeração de Lisboa. Antevendo a construção da nova travessia do Tejo, este instrumento de gestão procurava corrigir os efeitos urbanísticos da expansão desordenada das novas áreas suburbanas. No caso da capital, tinha sido instituído em 1959 o do Gabinete Técnico da Habitação (GTH), que se tinha concentrado na construção das frentes urbanas dos Olivais Sul e Olivais Norte. No final da década de 1960 a atenção concentrou-se no lançamento do Plano de Urbanização de Chelas, numa área de cerca de 510 hectares. Às portas da mudança de regime, em 1972, a revisão do Plano Geral de Urbanização de Lisboa (PGUCL) reforçou a visão metropolitana da capital, procurando enquadrar os novos zonamentos da cidade através dos sistemas de circulação rodoviários de ligação às áreas suburbanas.

No plano científico, o problema da habitação ganhou relevo a partir de 1962, quando o arquiteto Nuno Portas integrou o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), coordenando o Núcleo de Pesquisa de Arquitetura, Habitação e Urbanismo. O cruzamento

da análise da organização dos espaços com estudos sociológicos, na fronteira da disciplina de arquitetura, respaldou uma visão crítica sobre o movimento moderno que, desde 1957, Portas vinha construindo no plano teórico. Na revista *Arquitectura* publicou dezenas de artigos com ênfase na produção de habitação no sul da Europa, particularmente em Espanha e Itália, países que, no quadro do pós-guerra, procuravam refundar a arquitetura moderna através de um realismo organicista. Essas formulações também estavam a ser abordadas no seio do Team X, ou à escala ibérica nos Pequenos Congressos organizados por Oriol Bohigas e Carlos de Miguel que, a partir de 1967, passam a ter Nuno Portas como interlocutor em Portugal. As grandes operações de promoção de habitação estavam sobre a mesa dos debates, nomeadamente o programa INA-Casa em Itália, a segunda fase das New Towns em Inglaterra ou a operação de Toulouse-Le Mirail em França.

Em 1969, Portas integrou também a comissão relatora do Colóquio sobre Política da Habitação, promovido pelo Ministério das Obras Públicas e cuja coordenação esteve a cargo de Inácio Peres Fernandes. O relatório espelha a consciência sobre o contributo da habitação para o desenvolvimento social do país e o seu acerto com a política de solos e com o financiamento. A análise da estrutura orgânica do setor público também era revisitada, identificando-se a carência de uma estrutura especializada para enfrentar os problemas que existiam. Pela primeira vez, colocou-se o «conceito do direito à habitação» a ser assegurado pela «coletividade, sob responsabilidade do Estado». Este o quadro referencial estava presente no eclodir da revolução de 1974 e alicerçou as ações que se desencadearam em torno do setor da habitação, antecipando os postulados que, em 1976, passaram a figurar no artigo 65º da Constituição da República.

A questão essencial que transparece no relatório corresponde, porém, à necessidade de conjugação da ação entre os setores do planeamento físico e do planeamento económico, uma conjugação considerada essencial para o estudo dos problemas da habitação. A partir dessa premissa, foi lançado um amplo campo político de promoção socioeconómica, capaz de conduzir ações coerentes e complementares. O escalonamento desta política partia da unidade cidade-região, como âmbito territorial a considerar, sendo a gestão da mobilidade e da rede de transportes um pilar decisivo na estrutura de organização urbana e regional. No campo da economia, havia uma perceção de que as interações dentro do setor produtivo da construção acabassem por traduzir-se num equilíbrio de circulação de capitais e de movimentação do mercado interno, tornando a habitação um bem duradouro e não um investimento produtivo, como tal, não afetando significativamente a «balança de pagamentos». Consolidou-se assim a ideia de criação de um fundo nacional capaz de catalisar o desenvolvimento da indústria da construção no domínio da habitação e de coordenar as ações do Estado nesse âmbito.

A instituição do Fundo de Fomento da Habitação em maio de 1969 deu consistência a esta intenção, concentrando todas as atribuições do Ministério de Obras Públicas em matéria de habitação. Este novo organismo tinha como missão a resolução do problema habitacional, especialmente das classes não beneficiárias dos planos de habitação de caixas de previdência. Na área de Lisboa, a sua ação teve impacto na promoção de operações de grande dimensão, tais como os Planos Integrados de Almada-Monte da Caparica, Zambujal e Setúbal, e a edificação de conjuntos inseridos no Plano de Urbanização de Chelas. No seu conjunto, estas operações criaram um anel de expansão na área metropolitana, definindo um quadro policêntrico que se previa poder ser capaz de acomodar o aumento populacional da região e a redefinição dos novos limites das áreas urbanas.

Ao mesmo tempo que planeavam e edificavam os novos conjuntos, os arquitetos acumulavam um sentido autorreflexivo sobre a produção em curso. Em projetos como o Bairro Branco em Almada, de Bartolomeu Costa Cabral e Maurício de Vasconcelos, o Alto do Zambujal de Vítor Figueiredo, Cabral de Mello e Jorge Gil, ou o Bairro da Bela Vista de Charters Monteiro e José Sousa Martins, em Setúbal, existia a intenção de trabalhar com os códigos da cidade canónica, recuperando os modelos tipológicos da rua, do quarteirão, ou da praça. O mesmo acontece em Chelas no conjunto Pantera Cor-de-Rosa, projetado por Gonçalo Byrne e António Reis Cabrita, integrando na sua génese, por um lado, elementos fundamentais teorizados por Aldo Rossi em *L'Architettura della città* tratados segundo processo analógico e, por outro lado, revelando a inspiração dos *Siedlungs* estudados, por exemplo, por Tafuri em *Vienna Rossa*.

Logo após a revolução de 25 de abril de 1974, estas ideias foram sublimadas na contingência do programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), instrumento que permitiu manter ativa a produção de habitação pública no período revolucionário através do envolvimento das comunidades a realojar. Este programa, desenvolvido no contexto dos três primeiros governos provisórios do período democrático pela mão de Nuno Portas, que assumiu então a pasta de Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, apresentava-se como uma alternativa às grandes operações do Fundo de Fomento da Habitação. Várias dessas operações foram suspensas durante o período revolucionário, enquanto outras foram integradas neste pioneiro programa de promoção de habitação pública. Para além do SAAL, foram também lançadas iniciativas legislativas que visavam envolver a indústria da construção e própria sociedade na resolução dos problemas, nomeadamente os Contratos de Desenvolvimento para Habitação (CDH) e o estímulo aos movimentos cooperativos.

Em 1976, um número da revista francesa *L'Architecture d'Aujourd'hui* fez um balanço do programa SAAL, juntando os protagonistas envolvidos nas principais operações. Dois anos depois da revolução importava saber se o esforço de produção de habitação pública permitia definir um quadro teórico para a produção arquitetónica em Portugal e se esta

produção poderia ser enquadrada numa sequência historiográfica em relação aos 48 anos de regime ditatorial. Sob o cunho editorial de Bernard Huet, a ebulição revolucionária trazia para o espectro internacional uma revisão crítica da arquitetura produzida no tempo da ditadura, elencando os desafios centrais que se colocavam no período revolucionário. À «colonização cultural» franco-inglesa e ao absentismo de Portugal na cena europeia, os arquitetos contrapunham uma resposta aos problemas de precariedade e pobreza que o país enfrentava, todos eles espelhados nas lacunas habitacionais que o programa SAAL procurava inverter.

Nesse número da *L'Architecture d'Aujourd'hui*, Gonçalo Byrne, descreveu «as premissas de uma arquitetura nova», e reclamou um posicionamento ideológico capaz de enquadrar a responsabilidade social que recaia sobre os arquitetos, já que a tecnocracia dos últimos anos da ditadura não tinha conseguido melhorar as condições internas no que concerne à habitação. A nova geração de arquitetos, onde Byrne se incluía, vinha assumindo um papel de rutura com as tendências dominantes, onde prevaleciam as filiações «organicistas» no caso dos programas de habitação social e de equipamentos coletivos financiados pelo Estado, ou de expressão «brutalista» e *International Style* nos programas de «desenvolvimento» turístico que marcaram a década de 1960. O lado simultaneamente fraturante e agregador dos novos arquitetos estava relacionado com o questionamento dos vocabulários institucionalizados e o rompimento com as correntes dominantes associadas a uma arquitetura burocratizada. Em contraponto, a «austeridade» formal e a «depuração», surgiam como a saída possível para uma afirmação crítica da produção arquitetónica, tendo como base uma certa demarcação da ortodoxia do movimento moderno. Esta tendência, «matizada de romantismo» na obra de Álvaro Siza, seria, segundo Byrne, suportada na manipulação crítica do discurso da composição, ou num sentido não-funcionalista que por exemplo, na arquitetura de Vítor Figueiredo, surgia vertido na procura do espaço supérfluo dentro da rigidez das áreas regulamentares dos programas habitacionais. Pela sua dimensão pragmática e clareza tipológica, o maneirismo «chão» e o iluminismo pombalino, serviam de alicerce referencial da «arquitetura nova», suportando, deste modo, tanto a ideia de uma relação não historicista com o passado, como a convicção que o projeto moderno se encontrava inacabado. Este quadro teórico acabou por se alastrar muito além dos programas habitacionais, convertendo-se em discurso basilar e conceptual do debate arquitetónico formulado em Portugal no período democrático.

Os anos da democracia

Ultrapassados os anos conturbados do processo revolucionário, os programas de promoção de habitação pública foram relançados em Lisboa a partir da década de 1980. A construção

de habitação para a classe média e para a população jovem também foram intensificadas a partir desse momento através da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL), que havia sido criada em 1971 para auxiliar a ação municipal com mecanismos de gestão empresarial no estudo e execução de empreendimentos urbanísticos. A ação de EPUL foi relevante, por exemplo, no quadro do Plano de Pormenor de Telheiras Sul, retomado por Pedro Vieira de Almeida em 1974, cuja intenção era estabelecer uma continuidade urbana com o núcleo antigo daquele bairro localizado no então limite norte da cidade. Através de percursos pedonais, tipologias de quarteirão e estruturas de equipamento e comércio inseridas na malha urbana, Telheiras Sul foi acomodando diversas experiências tipológicas, com recorrência para uso das galerias de acesso às habitações, em articulação com o desenho do espaço público. [4] Foi também através da EPUL que se construíram, na década de 1980, os blocos previstos no Plano de Pormenor do Restelo, segundo uma solução de alta densidade e baixa cércea concebida pelo atelier da Rua da Alegria de Nuno Teotónio Pereira, envolvendo Nuno Portas, Pedro Botelho e João Paciência. Em particular, no Quarteirão Rosa foi possível ensaiar uma morfologia longilínea, de inspiração pombalina, traçada na direção do rio, onde planos lisos e curvados se subordinam a uma estrutura de galerias, acentuando o sistema compacto da edificação.

No que respeita à habitação para as classes mais desfavorecidas, em 1987 foram lançados pelo Estado em colaboração com o município o Programa de Intervenção a Médio Prazo (PIMP) e, em 1993, o Plano Especial de Realojamento (PER), ambos destinados à construção de casas para as comunidades que habitavam nos bairros de barracas que continuavam a proliferar em Lisboa. Com o PIMP, verificou-se uma espécie de retoma das políticas de intervenção de maior escala que se encontravam em curso antes da revolução. Estas operações, projetadas por técnicos municipais, incidiram em bairros como o Casal dos Machados, nos Olivais, Boavista e Furnas em Benfica e também no Bairro Padre Cruz, em Carnide, onde, sob coordenação de Rosa Leitão, é desenvolvido amplo projeto urbano com edifícios de seis pisos organizados quarteirões abertos. Em Chelas verificou-se também uma grande concentração de operações PIMP, como é caso dos projetos para as zonas L, M e N1. É nesta última que Raúl Cerejeiro projeta a matriz H, onde explora a articulação entre duas bandas edificadas, unidas por escadas, galerias e pontes, promovendo uma espécie de artéria de ligação, que lhe permite revisitar os princípios metabolistas na composição morfológica do conjunto.

O PER acabou por ser o mais relevante programa de promoção de habitação pública lançado no período democrático. A importância deste programa está relacionada, por um lado, com a quantidade de fogos que promoveu (cerca de 11 mil fogos apenas no município de Lisboa, cerca de um terço do que foi construído a nível nacional), por outro lado, por

representar até hoje a última iniciativa de grande dimensão gizada para a construção de habitação pública.

Em Lisboa, o PER foi construído, essencialmente, na bolsa de terrenos municipais que tinham resultado das expropriações levadas a cabo no final da década de 1930 para os melhoramentos públicos associados ao Plano dos Centenários. Para além desta bolsa, o PER estendeu-se também a áreas do Plano de Urbanização de Chelas que se encontravam por preencher, como é caso da zona L (atualmente denominada de Bairro dos Alfinetes e Bairro Marquês de Abrantes), ao Plano da Alta de Lisboa, na Musgueira, ao Casal Ventoso, em Alcântara e a outras áreas dispersas do concelho, com cadastro municipal, por exemplo na Ameixoeira ou na Picheleira (Embrexados).

Com o objetivo central de erradicação de barracas, num momento em que, paralelamente, se preparava a grande intervenção de fundo associada à Expo'98, o PER funcionou sob o compromisso das várias forças políticas. Através de uma dinâmica própria, as operações do PER avançaram num curto espaço de tempo com reduzidas interações exteriores à administração municipal, limitando o debate arquitetónico e a investigação (urbanística e/ou tipológica) sobre a habitação coletiva. As várias empreitadas foram sendo lançadas a ritmo acelerado, seguindo um modelo de atribuição de casas resultante dos recenseamentos da população a realojar.

As operações mais pesadas do PER, embora em menor número, foram realizadas através de concursos de conceção-construção, como é o caso das ocorridas nos bairros da Musgueira e da Ameixoeira, onde se produziram ações concentradas, atingindo números próximos de mil fogos. A maior parte das intervenções foram, no entanto, realizadas com base em projetos de arquitetura que, tal como no PIMP, foram desenvolvidos por técnicos municipais, em conjuntos que não excederam as poucas centenas de fogos. Estas intervenções desenvolveram-se de modo localizado, rematando, morfologicamente, troços do tecido urbano existente. Um desses exemplos é bairro do Bom Pastor, da autoria de Ana Lúcia Barbosa, implantado junto ao viaduto que liga a Buraca ao Calhariz de Benfica, onde foi explorado um sistema de pontes na ligação aos edifícios, construídos com base em panos de alvenaria rebocada e de tijolo maciço. [5] O GTH, que então tinha passado a denominar-se Departamento de Construção de Habitação (DCH), centralizou tecnicamente as operações, dando continuidade à missão que vinha desenvolvendo desde a sua criação, no final dos anos de 1950.

O epílogo do PER ficou associado à crise política nacional ocorrida no final de 2001, na sequência das eleições autárquicas que ditaram a alteração das forças políticas nas autarquias de Lisboa e do Porto, situação que contribuiu para a demissão do governo e dissolução da Assembleia da República. A partir de 2002, foi feita uma inversão nas prioridades políticas do município e do governo, e a promoção de habitação pública para as

classes desfavorecidas passou a ser residual, ficando várias frentes em curso por concluir. Na sequência das novas políticas, o DCH foi extinto (e as equipas integradas na Divisão Municipal de Habitação) e, em alternativa, foram feitos investimentos a partir da EPUL, por um lado, através da aquisição de fogos devolutos com o objetivo de criação de habitação nas áreas consolidadas e, por outro lado, com o lançamento de um programa de habitação para jovens, que teve como resultado os conjuntos de Entrecampos e do Martim Moniz, projetos do atelier Promontório e de Augusto Vasco Costa, respetivamente. [6] [7]

Em 2008, a EPUL foi extinta devido ao passivo acumulado e à crise do setor imobiliário provocada pela conjuntura internacional. A crise financeira das dívidas soberanas alastrou-se a Portugal, e o país ficou sob assistência financeira entre 2011 e 2014. A fragilidade da economia portuguesa e a turbulência política deste período, contribuíram para uma retenção dos investimentos públicos no que toca à construção de novos fogos e manutenção das estruturas existentes. Em contrapartida, pelo cunho de Helena Roseta enquanto vereadora com o pelouro da habitação, foi lançado em Lisboa um programa de incentivo ao associativismo e ao empoderamento dos habitantes dos bairros, denominado Bairros de Intervenção Prioritária – Zonas de Intervenção Prioritária (BIP–ZIP).

Os anos conturbados do período de assistência financeira estão associados a um processo de estímulo aos setores do imobiliário e do turismo. Para tal, foram criados mecanismos de captação de capital estrangeiro, foram introduzidas medidas legislativas para a flexibilização do mercado dos arrendamentos e foi promovido o alojamento de curta duração. Os resultados acabaram por ter um enorme impacto social, comprometendo o acesso à habitação por parte da classe média e da população mais vulnerável, onde se incluem os emigrantes, atraídos para atividades menos qualificadas de suporte aos novos padrões da economia.

Quando, após a pandemia da Covid-19, a Comissão Europeia apresentou o mecanismo de Recuperação e Resiliência (PRR), o governo português definiu uma base orçamental de 2,7 mil milhões de euros para eixo da habitação, estimando-se que o investimento em Lisboa corresponda a um terço deste valor. A Lisboa Ocidental SRU, Sociedade de Reabilitação Urbana, constituída pelo Município de Lisboa, tem vindo a desencadear vários procedimentos, com o objetivo de responder às lacunas que se verificam na capital em matéria de habitação. O IHRU, tem igualmente promovido concursos públicos de conceção em terrenos públicos de Lisboa. Os resultados destas ações são ainda embrionários. É, contudo, evidente que o relançamento da construção de novas habitações encontrou um contexto frágil, não só pelo desaparecimento de algumas das estruturas orgânicas que, no passado, haviam assegurado execução das principais políticas habitacionais, mas também pelo distanciamento do debate público e técnico, ocorrido nas últimas duas décadas, em relação aos temas da habitação coletiva.

O imperativo do direito constitucional à habitação, reiterado na Lei de Bases da Habitação de 2019, implica um aumento do peso do sector da habitação de interesse social e, consequentemente, do parque habitacional público, cuja presença deveria passar de 2% a 5% da habitação disponível. Para tornar possível cumprir este desafio, será necessário reerguer estruturas fundamentais e agregar massa crítica.

Os arquitetos são agentes essenciais neste processo, uma vez que transportam na sua cultura disciplinar os temas da habitação como laboratório primordial para o ensaio dos idealismos associados território da cidade e aos modelos sociais. Antecipando-se o confronto de expectativas entre os vários agentes (políticos, técnicos, destinatários), envolvidos na Nova Geração Políticas de Habitação, é importante manter o foco na capacidade transformadora da arquitetura, na sua dimensão simbólica e sobretudo no potencial regenerador dos programas habitacionais para a formulação do *habitat* urbano.

[1]

Bairro Branco, Almada, de Bartolomeu Costa Cabral e Maurício de Vasconcelos

[2]

Alto do Zambujal, Vítor Figueiredo, Cabral de Mello e Jorge Gil

[3]

Bairro da Bela Vista, Setúbal, Charters Monteiro e José Sousa Martins

[4]

Pedro Vieira de Almeida, Telheiras Sul

[5]

Bairro do Bom Pastor, Ana Lúcia Barbosa

[6]

Entrecampos, Promontório

[7]

Martim Moniz, Augusto Vasco Costa